

LEI Nº 2.365, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE
ALEGRE-ES, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 1998.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte lei:

Art. 1º ~~O Orçamento Programa do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1998, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais).~~

Art. 2º ~~A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 06, de 09/06/82, atualizada pela Portaria SOF nº 37 de 02/08/89, e de acordo com o seguinte desdobramento em reais(R\$):~~

| | | R\$ | R\$ 1,00 |
|-------------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| 4000.00.00 | RECEITAS CORRENTES | | 40.279.000,00 |
| 4100.00.00 | Receita Tributária | 994.400,00 | |
| 4300.00.00 | Receita Patrimonial | 30.800,00 | |
| 4500.00.00 | Receita Industrial | 20.900,00 | |
| 4700.00.00 | Transferências Correntes | 8.067.000,00 | |
| 4900.00.00 | Receitas Diversas | 1.165.900,00 | |
| 2000.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | | 1.221.000,00 |
| 2400.00.00 | Transferências de Capital | 220.000,00 | |
| 2500.00.00 | Outras Receitas de Capital | 1.001.000,00 | |
| | TOTAL GERAL DA RECEITA | 11.500.000,00 | 11.500.000,00 |

Art. 3º ~~A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I à Portaria SOF nº 008 de 04/02/85, conforme desdobramento a seguir:~~

I- DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

| | | R\$ 1,00 |
|-------|--|----------------------|
| 01.00 | <u>Câmara Municipal</u> | 591.310,00 |
| 02.00 | <u>Procuradoria Geral</u> | 971.000,00 |
| 03.00 | <u>Gabinete do Prefeito</u> | 1.049.000,00 |
| 04.00 | <u>Sec. Municipal de Administração</u> | 321.000,00 |
| 05.00 | <u>Sec. Municipal de Finanças</u> | 2.134.000,00 |
| 06.00 | <u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u> | 2.880.000,00 |
| 07.00 | <u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u> | 2.516.000,00 |
| 08.00 | <u>Sec. Munic. Saúde e Assistência Social</u> | 378.690,00 |
| 09.00 | <u>Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente</u> | 378.690,00 |
| | TOTAL DAS DESPESAS | 11.500.000,00 |

II- DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO

| | | R\$ 1,00 |
|-------|-------------|------------|
| 01.00 | Legislativa | 533.870,00 |

| | | |
|-------|--------------------------------|----------------------|
| 03.00 | Administração e Planejamento | 1.505.000,00 |
| 04.00 | Agricultura | 368.600,00 |
| 05.00 | Comunicações | 24.000,00 |
| 08.00 | Educação e Cultura | 2.705.000,00 |
| 09.00 | Energia e Recursos Minerais | 10.000,00 |
| 10.00 | Habitação e Urbanismo | 1.081.000,00 |
| 11.00 | Indústria, Comércio e Serviços | 30.000,00 |
| 13.00 | Saúde e Saneamento | 2.516.000,00 |
| 15.00 | Assistência e Previdência | 1.643.440,00 |
| 16.00 | Transporte | 1.053.000,00 |
| | TOTAL | 11.500.000,00 |

~~**Art. 4º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares que forem necessários, durante a execução do orçamento de 1997, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa, utilizando como recursos aqueles definidos pelo Art. 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4.320/64, ou outro dispositivo que vier substituí-lo, extensivo ao Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 5º** — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária no exercício financeiro de 1997, para atender a insuficiência de caixa do Tesouro Municipal, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, podendo oferecer como garantias necessárias, parcelas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou outra fonte de Receita;~~

~~**Art. 6º** — A execução do presente Orçamento obedecerá às diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.~~

~~**Art. 7º** — O Orçamento da Câmara Municipal será movimentado pelo órgão Financeiro do Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 8º** — Integram a presente Lei, os orçamentos dos seguintes Fundos Especiais: Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal do Bem-Estar Social, Fundo Municipal de Proteção Ambiental e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.~~

~~**Art. 9º** — Fica o Poder Executivo autorizado a movimentar as dotações destinadas a diversas unidades orçamentárias, transpondo, redistribuindo e alterando parcelas de uma para outra, quando necessário, nos termos do Art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64.~~

~~**Art. 10** — Esta Lei entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e oito (01/01/98), revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 16 de dezembro de 1997.~~

~~**GILVAN DUTRA MACHADO**
— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.